

Boletim

A revista do Sistema

INFORMATIVO



SISTEMA FAEP



Ano XXVI | nº 1178

28 de maio a 10 de junho de 2012

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

Equilíbrio no novo Código Florestal

A convivência da produção e meio ambiente



2 Código Florestal

Os detalhes do texto

10 FAEP

As reivindicações

**12 Leite**

Brigas no Mercosul

15 Notas**16 Rio+20**

Lições do agronegócio

**22 Setor produtivo**

Documento FAEP/Ocepar/FIEP

24 Café

Plano de estímulo

26 Via Rápida

Hábitos suíços, Código morse, Salsicha, Pensamentos e etc

28 Cursos

Alimentos, Mulher Atual, Posse, Empreendedor, JAA e etc

O mais impo

Código Flore

Chegamos à reta final. A edição da Medida Provisória (MP) nº 571 e a lei nº 12.651, publicadas no Diário Oficial da União no último dia 25, colocam o país sob um novo Código Florestal. Os textos buscam um equilíbrio entre as aspirações dos produtores rurais e os ambientalistas, dependendo agora apenas do Congresso Nacional. A MP tem 120 dias para ser votada pela Câmara Federal, sob pena de se tornar inexistente. Se tiver emendas, segue ao Senado.

As principais normas – Áreas de Preservação Permanente (APP's), Reserva Legal, Encostas de morros – são analisadas pela engenheira-agrônoma Carla Beck, especialista na área ambiental do Departamento Técnico Econômico da FAEP. As propriedades rurais ocupadas até 22 de julho de 2008, terão que cumprir as seguintes regras estabelecidas pelo novo Código Florestal (lei nº 12.651) e pela Medida Provisória nº 571, ambas de 25.05.2012.



rtante do novo stal

Confira os principais pontos

APP Consolidadas

Conceito: área de imóvel rural com ocupação existente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio. Nessas APP's é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrícolas, de pecuária, reflorestamento, de ecoturismo e de turismo rural.

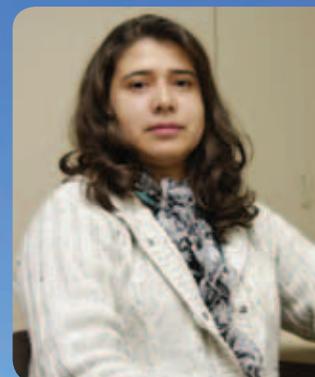
Pousio

Houve veto, que trata sobre áreas pousio, estabelecendo prazo. Pousio, prática de interrupção temporária de atividades agropecuárias para recuperar a capacidade de uso dos

solos na agricultura, pecuária ou reflorestamento por no máximo cinco anos, em 25% da área produtiva da propriedade rural.

Regras gerais

A existência das situações de áreas consolidadas deverá ser informada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), para fins de monitoramento, sendo exigida, nesses casos, a adoção de técnicas de conservação do solo e da água que visem à mitigação dos eventuais impactos. A realização das atividades previstas observará critérios técnicos de conservação do solo e da água indicados no Programa de Recuperação Ambiental (PRA), sendo vedada a conver-



Engenheira-agrônoma
Carla Beck FAEP/DTE

Os textos buscam um equilíbrio entre as aspirações dos produtores rurais e os ambientalistas, dependendo agora apenas do Congresso Nacional.

O texto aprovado considera margem natural de rios a partir da borda da calha do leito regular (fio de água) e não mais o nível mais alto dos cursos.

são de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais.

Será admitida a manutenção de residências e da infraestrutura associada às atividades agrícolas, de pecuária, reflorestamento, de ecoturismo e de turismo rural, inclusive o acesso a essas atividades desde que não estejam em área que ofereça risco à vida ou à integridade física das pessoas.

Em todos os casos previstos, o Poder Público verificará a existência de risco de agravamento de processos erosivos ou de inundações, determinará a adoção de medidas mitigadoras que garantam a estabilidade das margens e a qualidade da água, após deliberação do Conselho Estadual de Meio Ambiente ou de órgão colegiado estadual equivalente.

A partir da data da publicação da lei e até o término do prazo de adesão ao PRA, fica autorizada a continuidade das atividades desenvolvidas nas áreas consolidadas as quais deverão ser informadas no CAR, para fins de monitoramento, sendo exigida a adoção de medidas de conservação do solo e da água.

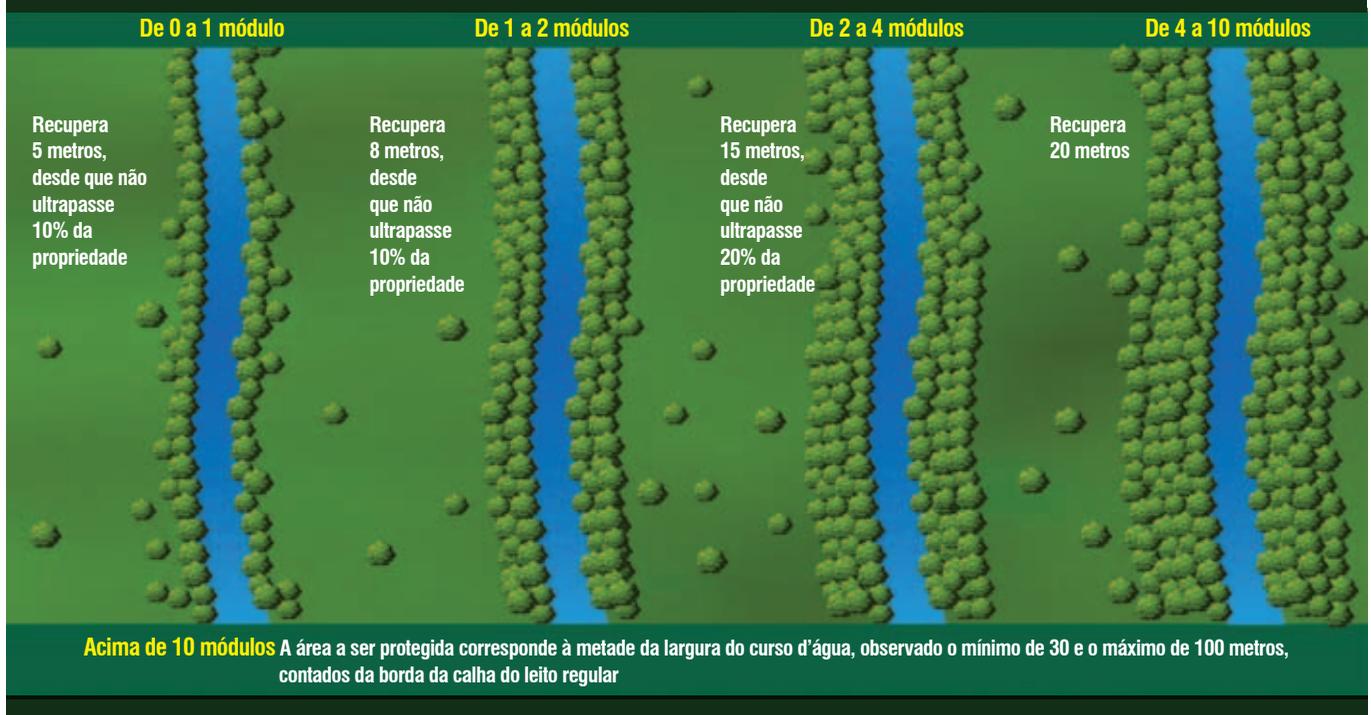
Margens de rios

Área a ser protegida nas margens de rios de acordo com a MP571 de 25 de maio de 2012. O texto aprovado considera margem natural de rios a partir da borda da calha do leito regular (fio de água) e não mais o nível mais alto dos cursos.

Nos casos de áreas rurais consolidadas em APP no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, será admitida a manutenção de atividades agrícolas, de pecuária, reflorestamento, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição do raio mínimo de:

- **5 metros**, para imóveis rurais com área de até um módulo fiscal;
- **8 metros**, para imóveis rurais com área superior a um módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais;
- **15 metros**, para imóveis rurais com área superior a dois módulos fiscais.

Áreas de proteção nas margens dos rios



Reservatórios

Recomposição de APP de reservatórios de abastecimento de água e geração de energia.

Foi vetado o artigo 43, que trata sobre a recuperação de APP's para empresas concessionárias de serviço de abastecimento de água e de geração de energia hidrelétrica, o veto deixa para recuperação de APP pelos produtores rurais de acordo com a tabela abaixo.

- **5 metros**, para imóveis rurais com área de até um módulo fiscal;
- **8 metros**, para imóveis rurais com área superior a um módulo fiscal e de até dois módulos fiscais;

- **15 metros**, para imóveis rurais com área superior a dois módulos fiscais e de até quatro módulos fiscais;

- **30 metros**, para imóveis rurais com área superior a quatro módulos fiscais.

Na implantação de novo reservatório d'água artificial destinado a geração de energia ou abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das APP's criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, observando-se a faixa mínima de 30 metros e máxima de 100 metros em área rural, e a faixa mínima de 15 metros e máxima de 30 metros em área urbana.

Na implantação de novo reservatório d'água artificial destinado a geração de energia ou abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das APP's criadas em seu entorno.



Uma área dentro de um parque estadual ou federal com um rio de até 10 metros de largura terá de recompor 30 metros de APP e não 15 metros (largura para área consolidada).

Veredas

Nos casos de áreas rurais consolidadas em veredas, será obrigatória a recomposição das faixas marginais, em projeção horizontal, delimitadas a partir do espaço brejoso e encharcado, de largura mínima de:

- **30 metros**, para imóveis rurais com área de até quatro módulos fiscais;
- **50 metros**, para imóveis rurais com área superior a quatro módulos fiscais.

Várzeas

Continua sendo APP e passa a ser definida como várzea de inundação ou planície de inundação: áreas marginais a cursos d'água sujeitas a enchentes e inundações periódicas; e precisará ser recomposta.

Unidades de Conservação

As APP's localizadas dentro dos limites de Unidades de Conservação de Proteção Integral não são passíveis de ter quaisquer atividades consideradas como consolidadas, ressalvado o que dispuser o Plano de Manejo. Por exemplo: uma área dentro de um parque com um rio de até 10 metros de largura terá de recompor 30 metros de APP e não 15 metros (largura para área consolidada).

Bacias hidrográficas

Em bacias hidrográficas consideradas críticas, o governo poderá estabelecer metas e diretrizes de recuperação ou conservação da vegetação nativa superiores às definidas como projeto prioritário, ouvidos o Comitê de Bacia Hidrográfica e o Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Quatro meses para votar a MP

A Constituição determina que as medidas provisórias entram em vigor na data da publicação. Portanto a MP 571 que a presidente assinou alterando o texto da Câmara Federal sobre o Código Florestal está valendo. Como diz seu nome, ela é provisória e para se tornar uma lei definitiva, precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Na Câmara será examinada pelos 513 deputados que por meio de emendas, poderão fazer propostas para alterar o texto. Na sequência, a MP seguirá para o Senado. Os 81 senadores dispõem de dois caminhos a seguir. Num consideram adequado o texto que virá da Câmara, se aprovarem sem alterações, encerram a novela. Ou os senadores modificam o projeto dos deputados e nessa hipótese, manda a lei que o

projeto retorne à Câmara, repetindo tudo o que já sucedeu.

Quatro meses é o prazo de validade de uma medida provisória. Se não for apreciada em 120 dias, deixa de existir. A derrubada de MP's por falta de deliberação não é incomum, mas nesse caso haverá muitas negociações para o país ter definitivamente um Código Florestal que atende o setor produtivo e os ambientalistas.

Já os 12 vetos da presidente, reza a Constituição, devem ser apreciados pelo Parlamento, em votação secreta, no prazo de 30 dias. Porém, o texto constitucional é solenemente ignorado há anos. Aguardam na fila de votação 166 vetos. Um deles é do tempo em que Itamar Franco era presidente. Cabe ao presidente do Congresso, José Sarney (PMDB-AP), pautar a votação dos vetos.

Reserva Legal

Propriedades maiores que 4 módulos fiscais

Será admitido o computo das APP's no cálculo do percentual da Reserva Legal, desde que não implique na retirada de nova vegetação.

Propriedades menores que quatro módulos fiscais

Imóveis rurais com áreas de até quatro módulos fiscais (média no Paraná de 72 hectares) não precisarão recompor as Reservas Legais. Ou seja, valerá o percentual de vegetação nativa existente na propriedade até o dia 22 de julho de 2008.

É obrigatória a suspensão imediata das atividades em área de Reserva Legal desmatada irregularmente após 22 de julho de 2008, e deverá ser iniciado o processo de recomposição, no todo ou em parte, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, não extrapolando a dois anos essa comprovação, contados a partir da data da publicação da Lei.

A Reserva Legal passará a ter função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, ou seja ao produtor, mediante um plano de manejo, poderá explorar comercialmente a madeira existente nessas áreas.

A localização da área de Reserva Legal no imóvel rural deverá levar em consideração os seguintes estudos e critérios:

A Reserva Legal passará a ter função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural.

Os índices de Reserva Legal continuarão sendo 20% na região Sul.

A recomposição da Reserva Legal poderá ser feita em até 20 anos.

O produtor poderá compensar a Reserva Legal em outra propriedade desde que no mesmo BIOMA.

- 1 O plano existente para bacia hidrográfica;
- 2 O Zoneamento Ecológico-Econômico, que no Paraná está sendo detalhado.
- 3 A formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, Unidade de Conservação ou outra área legalmente protegida;
- 4 As áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade;
- 5 As áreas de maior fragilidade ambiental.

O órgão estadual deverá aprovar a localização da Reserva Legal após a inclusão do imóvel no CAR. O produtor não tem independência para decidir sobre a localização da Reserva Legal, que se baseará nos itens acima.

Protocolada a documentação exigida para análise da localização da área de Reserva Legal, ao proprietário não poderá ser imputada sanção administrativa, inclusive restrição a direitos, em razão da não formalização da área de Reserva Legal. Dessa

forma, o protocolo é hábil para defender os direitos do produtor.

Áreas de encostas

Em áreas de inclinação entre 25° e 45°, serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrícolas, de pecuária e reflorestamento, bem como a manutenção da infraestrutura física associada ao desenvolvimento das atividades, observadas boas práticas agronômicas, sendo vedada a conversão de novas áreas, excetuadas as hipóteses de utilidade pública e interesse social.

Os números da Amazônia

Para áreas ainda não exploradas, o que ocorre principalmente na região Norte do país, as Medidas Transitórias do novo Código estipulam áreas de proteção (APPs) bem maiores que aquelas ocupadas até 22 de julho de 2008. Por ter suas fronteiras agrícolas praticamente esgotadas e estar debaixo da legislação da Mata Atlântica, o território paranaense não está envolvido nesses patamares que são os seguintes:

- 1 As faixas marginais (ciliares) de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

Um ano

Cadastro Ambiental Rural e Programa de Regularização Ambiental

A União, os estados e o Distrito Federal terão 180 dias para criar o Programa de Regularização Ambiental (PRA). Depois, um ano, prorrogável por mais 365 dias, para implantá-lo.

Dessa forma o proprietário rural fará sua adesão ao PRA desde que não esteja em áreas de risco, observando-se critérios técnicos de conservação, solo e água.

Ao aderir ao PRA, o proprietário que destruiu ou danificou áreas de APP, além do permitido, deverá assinar um termo de adesão e compromisso, especificando os procedimentos de recuperação exigidos pelo novo código. Enquanto estiver cumprindo o termo de compromisso, o proprietário não poderá ser autuado e as multas serão suspensas, desde que aplicadas antes de 22 de julho de 2008.

Para obter os benefícios de ser considerada área consolidada, o produtor terá que se registrar no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esse cadastro é obrigatório para todos os imóveis rurais, que será feito em órgão público, a fim de dimensionar as APP's e Reserva Legal da propriedade, facilitando o trabalho de fiscalização. A inscrição deve ser feita no prazo de UM ANO, prorrogável por mais um, e é condição obrigatória para adesão ao PRA.

O registro da Reserva Legal no CAR, desobriga a averbação em Cartório de Registro de Imóveis. Após cinco anos da data da publicação desta Lei, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR, e que comprovem sua regularidade nos termos desta Lei.

- A) 30 metros, para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura;
 - B) 50 metros, para os cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura;
 - C) 100 metros, para os cursos d'água que tenham de 50 a 200 metros de largura;
 - D) 200 metros, para os cursos d'água que tenham de 200 a 600 metros de largura;
 - E) 500 metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros;
- 2 As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:
- A) 100 metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 metros;
 - B) 30 metros, em zonas urbanas;
 - C) As encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive.



O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou a órgãos do governo federal e à bancada federal do Paraná, as reivindicações mais urgentes do setor rural do Paraná.

À Cadapar e aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Fazenda, Planejamento e Casa Civil é solicitada a prorrogação das parcelas das operações do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e Securitização em função da estiagem no Estado do Paraná.

A justificativa é que a safra de verão no Paraná foi marcada por significativas perdas financeiras aos produtores em decorrência da estiagem. Segundo a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (Seab) as culturas de feijão (1ª safra), soja e milho registram perda de produção de 3,4 milhões de toneladas causando um prejuízo financeiro de R\$ 4,7 milhões aos produtores.

Ainda com base nas informações da Seab as demais culturas como arroz, café, batata, cebola, fumo, tomate, cana-de-açúcar também registraram perdas de aproximadamente R\$ 162 milhões e as culturas de segunda safra, como o feijão, também já apontam perdas.

Desta forma a capacidade de pagamento dos produtores para quitar dívidas ficou bastante comprometida. Para as parcelas de 2012 das operações de custeio e investimento, nos municípios em que foi decretada situação de emergência, as resoluções nº 4.057,4. 048 e 4.070 autorizaram a prorrogação da parcela de 2012.

Porém, as dívidas de produtores rurais referentes às parcelas das operações do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e da Securitização I e II que vencem esse ano ainda não foram contempladas com medidas de prorrogação, apesar do mesmo cenário. Como os produtores com dívidas de PESA e Securitização enfrentam a mesma incapacidade de pagamento nesta safra, o presidente da FAEP solicita a auto-

As reivindica

Ágide
aciona
ministérios
e bancada



Fernando Santos

rização da prorrogação da parcela de 2012 destas operações conforme determina a resolução nº 4070 do Banco Central.

Crédito adicional para o milho

Já em ofício enviado aos Ministérios da Agricultura, Fazenda e Planejamento e à bancada federal paranaense, a FAEP solicita que o Conselho Monetário Nacional edite a resolução admitindo para a safra 2012/2013 e subsequentes, a concessão de

ções da FAEP



Arquivo

limite de crédito adicional ao previsto de até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por beneficiário, desde que o recurso adicional seja destinado exclusivamente para o financiamento de custeio de milho nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Com o Plano Agrícola e Pecuário de 2011/12 foram alteradas as regras de limites de crédito rural de custeio, criando um critério de limite por produtor e não mais por cultura. A medida melhorou o acesso ao crédito de diversas atividades, mas ao mesmo tempo representou o fim da prioridade no apoio à produção de milho, da qual dependem muitas das atividades beneficiadas.

No ano passado o governo reconheceu essa distorção e o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 4.001, admitindo excepcionalmente para a safra 2011/2012, a concessão de limite de crédito adicional ao previsto de até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por beneficiário, desde que o recurso adicional fosse destinado exclusivamente para o financiamento de custeio de milho nas regiões Nordeste, Su-

Para agravar a situação, os custos de fertilizantes estão entre 15% a 18,5% em média maiores que a safra passada. Os fertilizantes são responsáveis por 31% dos custos variáveis do produtor de milho.

deste, Sul e Centro-Oeste.

Essa medida foi fundamental para o Brasil manter as áreas de milho. Mesmo com a seca registrada no Sul, a produção registrou 65,9 milhões de toneladas, superior em 14,8% a safra anterior.

No entanto, no momento em que os produtores estão tomando recursos para pré-custeio da nova safra, o governo ainda não editou nova resolução para a safra 2012/13. Logo, está em vigor à medida que unificou os limites de crédito rural de custeio em R\$ 650 mil por tomador a cada safra.

Para agravar a situação, os custos de fertilizantes estão entre 15% a 18,5% em média maiores que a safra passada. Os fertilizantes são responsáveis por 31% dos custos variáveis do produtor de milho.

Após expor o contexto o presidente da FAEP solicita o apoio da bancada e dos Ministérios, para que antes do início do plantio da nova safra o Conselho Monetário Nacional vote em regime de urgência o retorno dos limites de crédito dos produtores de grãos aos valores estipulados na safra passada. Pede também a manutenção da excepcionalidade para o milho com adicional de R\$ 500 mil para a safra 2012/2013 e subsequentes, por beneficiário, desde que o recurso adicional seja destinado exclusivamente para o financiamento de custeio de milho nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

BNDES/PSI

Meneguette também encaminhou correspondência ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), Luciano Coutinho, solicitando a edição de uma norma para as instituições financeiras efetuarem a prorrogação das parcelas de 2012 das operações do Programa de Sustentação de Investimentos (PSI). Esta prorrogação foi autorizada pela resolução nº 4070 do Conselho Monetário Nacional. Tal prorrogação se justifica pela severa estiagem que afetou o Paraná na safra de verão.

Leite: argentinos e uruguaaios mamam na balança comercial

Importações e preço ao produtor travado
em plena entressafra

Maria Silvia Digiovani, engenheira-agrônoma do DTE/FAEP

Pelo quarto ano consecutivo, a balança comercial brasileira de lácteos está negativa. O ano de 2011 foi crítico, fechou com saldo negativo de 125 mil toneladas, magnitude não registrada desde 2004 quando o país passou de importador a exportador de lácteos.

A situação continua preocupante no primeiro trimestre de 2012, quando o fechamento dos dados mostram saldo negativo que quase atinge o valor total do ano de 2010, conforme gráfico 1 ao lado.

Gráfico 1

A continuar nesse ritmo, 2012 fechará com déficit maior que o ano anterior.

As importações do primeiro trimestre, que em litros de leite equivalem a cerca de 311,7 milhões, já trazem prejuízo, principalmente aos estados do Sul, pela proximidade geográfica com Argentina e o Uruguai de onde vem o maior volume importado. (ver Gráfico 2).

Gráfico 2

As indústrias nacionais queixam-se da dificuldade de colocar seus produtos no varejo, principalmente queijos e leite em pó, que representam o maior percentual do volume importado.

E na ponta da cadeia, o produtor sente o baque, já que os preços da matéria prima não estão subindo na medida compatível com o período da entressafra, da mesma forma que ocorreu em 2011, quando as importações bateram recorde dos últimos anos. O gráfico 3 registra esta situação.

Gráfico 3

Insumos: De fevereiro de 2011 a fevereiro de 2012 os preços dos insumos no Paraná acumularam altas expressivas, conforme mostra o quadro abaixo.

INSUMOS	Fevereiro/11 R\$/unidade	Fevereiro /12 R\$/unidade	Varição %
Milho híbrido – média tecnologia – 60.000 sementes	182,48	239,72	31,37
Ração balanceada – 1Kg	0,82	0,85	3,70
Conc bovinos - vaca leiteira 1 Kg	1,06	1,14	7,50
Feno de alfafa – 30 kg	30,90	33,86	9,60
Feno de aveia – 30 kg	9,13	12,11	32,64
Auxiliar de pecuária R\$/mes	1.004,95	1.111,91	10,60
Ureia – 1 tonelada	1.022,99	1.247,22	21,90
Adubo 02 - 30 - 10 – 1 tonelada	1.037,08	1.131,12	9,07

Fonte: . SEAB –preços pagos pelos produtores paranaenses

Embora seja época de entressafra, o preço elevado de produção, aliado à estagnação de preços do produto, cooperam para que a captação de leite no país venha diminuindo mês a mês desde janeiro. Em março, o Índice de Captação de Leite do Cepea (ICAP-Leite) recuou 3,8% frente a fevereiro, refletindo a queda de captação em todos os estados da pesquisa. Apesar desta redução, o preço médio pago aos produtores em abril (referente à produção entregue em março) subiu apenas 1,1% (média ponderada pelos estados de RS, PR, SC, SP, MG, GO e BA).

Fonte CEPEA – www.cepea.esalq.usp.br

O CASO URUGUAI

O crescimento da produção uruguaia em 2011 foi de 13 % em relação a 2010, enquanto no mesmo período o Brasil aumentou a captação em apenas 3%. Nos dois primeiros meses de 2012 a indústria uruguaia exportou 35,9mil toneladas de lácteos, 77% a mais em relação ao mesmo período de 2011. Destas, 23 mil t vieram para o Brasil.

A produção uruguaia de leite em 2011, estimado pela Conab, foi de 2,06 bilhões de litros, equivalente a cerca de 80% da produção do Paraná. Mesmo com uma produção tão pequena em relação aos 31,6 bilhões de litros de leite produzidos no Brasil em 2011 (Conab), o Uruguai vem trazendo dor de cabeça aos produtores e indústrias brasileiras, ao tornar-se o segundo maior exportador de lácteos para o Brasil (o primeiro é a Argentina). O crescimento do valor exportado em 2011 foi de 32% em relação ao ano anterior, enquanto que o Brasil só acumula resultados negativos

O crescimento da produção uruguaia em 2011 foi de 13 % em relação a 2010, enquanto no mesmo período o Brasil aumentou a captação em apenas 3%. Nos dois primeiros meses de 2012 a indústria uruguaia exportou 35,9mil toneladas de lácteos, 77% a mais em relação ao mesmo período de 2011. Destas, 23 mil t vieram para o Brasil.

O aumento da produção está ocorrendo via aumento de produtividade e um forte processo de apoio das indústrias (a maioria cooperativas) aos seus fornecedores, com prestação de assistência técnica e apoio a financiamento de projetos, conforme informações uruguaias. (fonte: Conab e adaptação FAEP de matéria divulgada no milkpoint.com.br)

E como fica o produtor brasileiro nesse cenário?

Dentro da porteira, a recomendação é a de sempre: olho vivo com os custos de produção, atenção redobrada com a eficiência da atividade em todos os níveis.

Apoiando a busca ou a manutenção da eficiência, o SENAR-PR atende os produtores do Estado e seus empregados com uma extensa grade de treinamentos. Em 2011 foram realizados 700 cursos específicos para bovinocultura de leite, com 10.003 concluintes. Só no primeiro quadrimestre de 2012 foram quase 200 eventos.

Fora da porteira a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), através da Comissão Nacional de Pecuária Leiteira, da qual a FAEP participa com o presidente da sua Comissão de Leite, está na dianteira de todos os processos que vem sendo desenvolvidos para buscar maior competitividade ao setor leiteiro brasileiro, como desoneração de impostos para insumos, controle das importações, estabelecimento de acordos internacionais para cotas e preços das importações. Conscientização para que o produtor busque os treinamentos disponíveis, entre outras ações.

Quem disputar a eleição terá de se afastar do Sindicato

Os dirigentes sindicais que forem candidatos às eleições do próximo dia 7 de outubro devem se licenciar da direção da entidade até quatro meses antes da eleição, ou seja, até 07 de junho. O afastamento não é definitivo, nem implica na renúncia do cargo e todos os dirigentes titulares que disputarem a eleição devem tomar essa medida legal. Portanto, esse procedimento não se aplica a suplentes e membros do Conselho Fiscal.

O licenciamento dos diretores deverá ser formalizado em reunião da diretoria da entidade e a ata deve mencionar o nome de cada diretor, data de afastamento e data de retorno, bem como a que cargo concorre. A FAEP, que já alertou todos os sindicatos sobre esse tema, solicita que lhe seja encaminhada cópia desta ata.



O CCIR em pauta

Gestores sindicais do Norte, Sudoeste e Oeste do Estado receberam orientações técnicas sobre o correto preenchimento da documentação das propriedades, que permitem a obtenção dos Certificados de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) 2006 a 2009 do INCRA. As reuniões, coordenadas pelo Departamento Sindical da FAEP, ocorreram nos Centros de Treinamento Agropecuário (CTA's) de Iporã e Assis Chateaubriand.

O CCIR é um documento exigido para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural e para homologação de partilha amigável ou judicial. É emitido gratuitamente do site do INCRA (www.incra.gov.br) e deve ser atualizado sempre que houver mudança na titularidade ou na exploração da propriedade rural.

Nos treinamentos são incluídos ainda conhecimentos sobre o cálculo do Grau de Utilização da Terra (GUT) e da eficiência na sua exploração (GEE); cálculo do número de módulos rurais e fiscais; e georreferenciamento de imóveis rurais.

A série de cursos foi ministrada pelos técnicos da FAEP, Luiz Antonio Finco, Altevir Getúlio de Goes e José Damião Hess.

Segundo Finco, “o curso é fundamental para que os gestores sindicais ofereçam um atendimento de qualidade aos proprietários rurais, em seus locais de origem”.



O PDS em Mamborê

Em abril e maio foi realizado em Mamborê, no CAR - Centro de Aprendizagem Rural os três primeiros encontros do Plano de Desenvolvimento Sindical. O PDS, como é conhecido, busca capacitar dirigentes e colaboradores sindicais para prepará-los para a tomada de decisões da gestão sindical. Outro resultado é o desenvolvimento das aptidões de liderança dos representantes rurais. O Presidente do Sindicato Rural, Edgar Sehaber, lembra que com este treinamento a entidade irá revigorar a atuação no município.

As lições do Agron

A agricultura sustentável do plantio direto, ABC e ILP-F

Sem os grandes líderes mundiais mais preocupados com a crise econômica na zona do euro, mas com a possível presença do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, a Rio+20, que se realiza de 13 a 22 de junho no Rio de Janeiro, tem como alvo o desenvolvimento sustentável. Foi isso que aconteceu na Eco 92, vinte anos atrás e em seguida na Conferência de Kyoto (Japão), em 1997, mas sem resultados práticos porque as nações mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas assinaram, mas simplesmente ignoraram a maioria de suas resoluções.

Agora, ambientalistas radicais certamente apontarão seus dedos contra o agronegócio, mas o agronegócio brasileiro tem importantes cartas para colocar na

mesa da Rio+20: a revolução causada pelo plantio direto na agricultura, os investimentos no Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILP-F).

“O plantio direto é o divisor de águas da agricultura brasileira”, afirma Decio Gazzoni, pesquisador da Embrapa, ex-assessor da presidência da República em planejamento estratégico de segurança alimentar. O método caminha para quase meio século de uso e expansão no território brasileiro, proporcionando que o preparo do solo aconteça uma única vez e a “palhada” remanescente de cada plantio sirva de proteção do terreno. Da mesma forma que o plantio direto arraigou-se pela agricultura

Agropecuária na Rio+20



nacional, o mesmo caminho (com grandes investimentos) está sendo percorrido pelo ABC e a ILP-F.

33% dos empregos no país

A produção agrícola brasileira em 1972, foi de 30 milhões de toneladas. Em 2011, chegou 160 milhões de toneladas. No histórico da evolução do Brasil como grande potencia agropecuária, o volume de grãos cresce e o de hectares permanece estável. Num trabalho produzido pela diretoria de Agronegócio do Banco do Brasil, comandada pelo ex-senador Osmar Dias, revela que entre 1990 e 2012 a produção cresceu 180%, enquanto a área plantada apenas 31% demonstrando a alta produtividade

conquistada no campo. Um dos principais motivos foi que o plantio direto proporcionou a uma terra que dava uma cultura e meia por ano, agora dá três colheitas. O milho, por exemplo, saltou dos 3.000 para até 9.000 quilos por hectare.

Aos ambientalistas que também tem pão, café, arroz e feijão no almoço, pode ser lembrado que a América do Sul, principalmente o Brasil, ainda detém 54,8% das remanescentes florestas primárias. A Europa tem 0,3% e a América do Norte (Canadá) 34,4%, porque os Estados Unidos devastaram suas florestas. E o agronegócio significa 22% (R\$ 917,6 bilhões) do PIB brasileiro (4 trilhões e 100 bilhões) e 33% dos empregos do país estão ligados a esse setor.

E o agronegócio significa 22% (R\$ 917,6 bilhões) do PIB brasileiro (4 trilhões e 100 bilhões) e 33% dos empregos do país estão ligados a esse setor.



Herbert Bartz, pioneiro no plantio direto

O plantio direto poupa a água de um reservatório de Itaipu

35 milhões de hectares

Ao alemão Herbert Bartz, radicado em Rolândia, norte do Paraná, ao holandês Franke Dijkstra, em Carambeí, o país deve o pioneirismo do plantio direto, no início dos anos 70. Uma época em que a erosão corroía literalmente as terras férteis do interior paranaense. Bartz estudou o assunto com uma missão agrícola alemã e descobriu que na Inglaterra e nos Estados Unidos já havia uma tecnologia de preparo mínimo do solo, que passou a ser chamada no Brasil de plantio direto.

Ao programa “Globo Rural”, no livro do Iapar sobre a história do plantio direto no Sul do país (BI 1177) e em várias entrevistas o produtor Bartz recorda que para evitar a armadilha da monocultura, a pesquisa propôs para o plantio direto o sistema de rotação de safras, permitindo combinações inimagináveis até então: soja, trigo, milho, feijão. Sua primeira área de plantio, em Carambeí, tinha 180 hec-

tares, hoje estima-se que o Brasil já tenha passado dos 35 milhões de hectares com plantio direto. O número representa 70% da área plantada no país.

Atualmente, na agricultura brasileira, em mais de 60%, a prática é a do plantio direto na palha. Isso trouxe enormes ganhos ambientais. Calcula-se que só no Paraná, com o plantio direto na palha, consegue-se poupar anualmente uma quantidade de água equivalente a um reservatório de Itaipu (29 bilhões de metros cúbicos).

11 toneladas de alta produtividade

Em Irati, nos Campos Gerais do Paraná, há um belo exemplo de um produtor que soube retirar benefícios do solo, com sustentabilidade. William Paulo Kasprzak, 51 anos, cultiva anualmente 3.450 hectares de soja, milho, feijão e trigo, em sistema de rodízio, além de possuir reflorestamentos com pinus e eucaliptos protegidos por 900 hectares de Áreas de Reserva Permanente e Reserva Legal.

Consegue boa produtividade – bem acima das médias nacionais – na sua propriedade e uma hipotética soma em sacas de 60 quilos, ele pode se orgulhar de colocar na mesa dos brasileiros (e estrangeiros) mais de 10 milhões e 700 mil quilos de grãos.

Ele seguiu a rota da boa tecnologia. Há décadas adotou o plantio direto ao fazer a rotatividade de sua produção; há 12 anos utiliza a Agricultura de Precisão; no ano passado fez investimentos de 2 milhões de reais em equipamentos do programa ABC e como não inclui a pecuária em seus negócios, sua integração é lavoura e floresta. “O projeto ABC é muito bem feito, porque não é um financiamento destinado somente a uma cultura, incentiva a produtividade financiando calcário, correção de solo, floresta e a agricultura. É um pacote bem montado”, avalia.



Karsprzak: “No Paraná a questão do desmatamento é ridícula”

Ele diz ter visto algumas abordagens sobre a Rio+20 em jornais e na TV e avalia que o grande defeito da agricultura é a falta de conhecimento. “Os agricultores são mal vendidos em termos de marketing. Os urbanos entendem o agricultor como um desmatador, como uma pessoa que usa um monte de inseticida e agrotóxicos. Esquecem que por trás disso existe muita tecnologia, estudo e muito trabalho. A questão da cultura extensiva da soja e do milho é uma

lógica. Criticam, porque desconhecem o meio rural”, diz.

E conclui: “No Paraná a questão de desmatamento é ridícula, não tem mais o que desmatar, porque o Estado está com as áreas consolidadas e a fiscalização é rigorosa. O aproveitamento da propriedade agrícola tem que ser discutido, não pode simplesmente ser proibido ou liberado. Se o projeto envolve uma retirada de floresta deve ter sido estudada e decidida por um agrônomo”.

Os urbanos entendem o agricultor como um desmatador, como uma pessoa que usa um monte de inseticida e agrotóxicos. Esquecem que por trás disso existe muita tecnologia, estudo e muito trabalho.

FERTILIDADE E TECNOLOGIA

O perfil da produtividade nas terras de Karsprzak

Soja:	1.050 hectares	57 sacas por hectares	59.850 quilos
Milho:	530 hectares	173 sacas por hectare	91.690 quilos
Feijão:	120 hectares	43 sacas por hectare	5.160 quilos
Trigo:	400 hectares	57 sacas por hectare	22.800 quilos
Pinus e eucalipto:	450 hectares	900 hectares de APP e Reserva Legal	
		179.500 sacas x 60 quilos	10.770 mil quilos



Técnicos são treinados para facilitar a montagem dos projetos

Técnicos do BB e engenheiros-agrônimos nos relataram que agora está mais fácil formatar os projetos.

O ABC do SENAR-PR

Lançado em junho de 2010, do Banco do Brasil, ficou empacado diante da dificuldade dos produtores rurais formularem seus projetos para ter acesso a essa linha de financiamento. Para facilitar e auxiliar os produtores, desde o dia 23 de março passado, o SENAR-PR está promovendo o plano de treinamento a um time de 150 técnicos de todo o Estado.

Na avaliação do coordenador do treinamento, o engenheiro-agrônomo e técnico do SENAR-PR, Johnny Fusinato Franzon, o curso combina prática e teoria e conseguiu unir instituições envolvidas na agropecuária paranaense: instrutores do SENAR-PR, engenheiros-agrônimos de cooperativas e do BB, assistentes técnicos da Emater, Iapar, Seab e da iniciativa privada. “O treinamento já está rendendo bons frutos. Técnicos do BB e engenheiros-agrônimos nos relataram que agora está

mais fácil formatar os projetos”, observa, acrescentando que houve um aumento significativo no número de financiamentos no Paraná. Dados divulgados pelo BB mostram que, no primeiro semestre de 2011, as cartas de crédito do programa ABC somaram R\$ 3 milhões. Somente nos primeiros cinco meses deste ano, o valor atingiu R\$ 104 milhões no Estado.

O curso foi dividido em seis módulos, cada um deles com 16 horas de carga-horária, nos municípios de Ponta Grossa, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel, Maringá e Londrina. Até agora, o grupo já realizou 64 horas de curso e restam apenas 32 horas para o término da primeira etapa do treinamento, em 16 de junho. Nessa fase, a turma realizou os seguintes módulos: Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, Manejo de Pastagens e Plantio Direto. A próxima etapa começa no dia 29 de junho e termina no dia 7 de julho



com os temas Biogás, Bioenergia e outros usos para dejetos, em parceria com a Itaipu Binacional. O único módulo acontecerá em Ponta Grossa, Pato Branco, Cascavel e Londrina.

O ABC no país

De acordo com os dados do BB, até maio deste ano, foram liberados R\$ 690,1 milhões para o Programa ABC em todo o país, com 2.202 projetos aprovados. A demanda ainda é irrisória já que, desde que foi criado, o programa disponibilizou R\$ 3,15 bilhões para financiar a recuperação de áreas e pastagens degradadas; a implantação de sistemas orgânicos de produção agropecuária, de plantio direto na palha, de ILP-F, de florestas comerciais e de planos de manejo florestal sustentável; e a adequação ou regularização das propriedades rurais ante a legislação ambiental.



Fotos: Sistema FAEP

ABC NO PARANÁ

Em outubro do ano passado, o governo estadual criou o Grupo Gestor Estadual do Plano ABC no Paraná para garantir a implantação do programa e incentivar práticas de uso e manejo sustentáveis dos recursos naturais. O Estado é líder no processo de capacitação de técnicos e produtores, além de contar com o maior número de projetos de financiamento (457) efetivamente contratados com o BB.



Agropecuária, Cooperativas e Indústria do PR na Rio+20

O Sistema FAEP, Ocepar e Fiep estão concluindo um texto conjunto que será encaminhado à Conferência Rio+20, que será realizada neste mês de junho. Na exposição os setores empresariais da agropecuária e da indústria demonstram as principais atividades dentro do conceito do desenvolvimento sustentável. Entendem que, assim, continuarão a contribuir, de forma concreta, para melhorar a qualidade de vida das pessoas no planeta. O texto do Sistema FAEP tem o seguinte teor:

Agricultura e Alimentos

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) estima que até 2050 a produção de alimentos tenha que aumentar em 70%, pois a população mundial deverá crescer em mais de um terço, somando 9,1 bilhões de pessoas. Ao Brasil caberá contribuir com 40% desse aumento de oferta de alimento.

Nos últimos anos a agricultura brasileira tem passado por uma revolução positiva, buscando aliar a produção de alimentos com a conservação da natureza. No Paraná, por exemplo, aderiram aos programas de recuperação de nascentes e mata ciliar, que são referência para o país. Do mesmo modo, os agricultores e as cooperativas tomaram a frente em ações voltadas ao saneamento ambiental. Não por acaso, o setor agrícola é hoje o único a possuir um programa oficial voltado à redução de emissão de gases de efeito estufa, o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

Neste contexto o setor agropecuário brasileiro desempenha um importante papel na garantia da segurança alimentar nacio-



Divulgação / CNH

nal e a geração de renda e empregos no campo e na cidade. O setor ocupa uma área de aproximadamente 31% do território nacional (58 milhões de hectares com agricultura e 211 milhões de hectares com pecuária) e contribuir na economia brasileira com 22% do PIB e 33% dos empregos do país.

A contribuição da agricultura brasileira para sua atividade mais sustentável tem sido:

1. Produção de alimentos com o cultivo de 35 milhões de hectares em sistema de plantio direto na palha, evitando a perda de 20 a 40 ton/ha/ano de solo e contribuindo para a redução da emissão de CO₂.
2. Implantação em 2002 de um Programa de Recolhimento de Embalagens Vazias de Defensivos Agrícolas.
3. Atualmente este programa atinge mais de 95% de adesão por parte dos produtores rurais e já foi responsável pelo recolhimento de 187 mil toneladas de embalagens vazias do meio rural.

O setor ocupa uma área de aproximadamente 31% do território nacional (58 milhões de hectares com agricultura e 211 milhões de hectares com pecuária) e contribuir na economia brasileira com 22% do PIB e 33% dos empregos do país.

4. O meio rural contribui com uma parcela de 73% para a redução de emissões de CO₂, com a contribuição de gasolina pelo etanol de cana de açúcar.
5. A matriz energética renovável brasileira tem 60% dela com origem no meio Rural.
6. Capacitação para aplicação de agrotóxicos de 1993 a 2011 foi de 102.544 agricultores capacitados pelo SENAR-PR, nesta área.

O setor agropecuário no contexto da economia verde para o desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza propõe:

1. Que os países sejam livres para escolher os mecanismos e indicadores de sustentabilidade correspondentes às suas necessidades ambientais, econômicas e sociais singulares, obedecidos os princípios acordados em foros globais.
2. A universalização da segurança alimentar deve ser garantida por meio do acesso: aos recursos genéticos, à tecnologia, aos meios de produção e, a geração e distribuição de alimentos seguros.
3. O incentivo às políticas de adaptação às mudanças climáticas e redução da emissão de gases de efeito estufa.
4. O reconhecimento do direito de todos ao acesso a alimentos saudáveis no contexto dos esforços nacionais de promoção da segurança alimentar, juntamente com a conservação da biodiversidade.
5. O fortalecimento do associativismo e cooperativismo, enquanto estratégia de organização da base produtiva, para o desenvolvimento da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

Plano de estímulo

A meta até 2014 é plantar uma média de 8.000 hectares por ano

O **Paraná** já foi um mar de café quando chegou a produzir mais de 20 milhões de sacas por ano nas décadas de 60/70, mas hoje a produção média anual do grão não passa de 2,5 milhões de sacas. A escassa mão de obra e o aumento nos custos de produção desestimularam os cafeicultores do Estado. Diante desse cenário, o governo estadual lançou, na semana passada, o plano para reestruturação da cafeicultura paranaense.

O secretário estadual da Agricultura, Norberto Ortigara, explica que um dos objetivos é aumentar a produtividade de 25 sacas por hectare para 40 sacas. Além disso, há o desafio de melhorar a qualidade do café, renovar as lavouras e superar a dificuldade na mão de obra. Segundo Ortigara, o primeiro passo é conter a erradicação do cultivo com criação 300 unidades demonstrativas em todo o Estado para avaliar o solo, a adubação, a irrigação e adensamento das lavouras.

A segunda etapa, de acordo com ele, é incentivar a colheita mecanizada com máquinas de pequeno porte e adaptáveis para resolver o problema da mão de obra. Para isso, o governo pretende incluir uma linha de financiamento para a aquisição das máquinas, como o Trator Solidário.

Outra medida é destinar recursos do governo para a produção de mudas de café e renovar as antigas lavouras com baixa produtividade, uma média de seis sacas por hectare. A ideia é contratar mais técnicos para dar mais assistência aos produtores. “Nós queremos incentivar a produção de um café com qualidade, aumentar a produtividade e tornar a cultura como uma alternativa para a pequena propriedade”, resume.



A meta até 2014 é plantar uma média de 8.000 hectares por ano, totalizando um aumento de 32 mil hectares na área plantada; readequação em 54 mil hectares com podas em 60% das lavouras com potencial de recuperação, preparando-as para mecanização e implantação e adequação de infraestrutura de máquinas e equipamentos para produção mecanizada.

Certificação no norte pioneiro

O Norte Pioneiro será a primeira região do Paraná a receber a certificação de Indicação Geográfica (IG) para seus cafés especiais. A certificação, que aponta a procedência do café, representa um reconhecimento das qualidades particulares do produto e atribui a ele identidade própria. Considerada uma das mais importantes certificações

ulo ao café



Arquivo

do mercado mundial, a IG deve ampliar o valor agregado do café do Norte Pioneiro paranaense e abrir novos mercados para o produto, como já ocorre com os cafés produzidos nas regiões do Cerrado Mineiro

O CAFÉ

Dados divulgados pelo Departamento de Economia Rural (Derar), da Seab, mostram que nos últimos 12 anos, a área plantada encolheu 46%. As lavouras caíram de 164 mil hectares em 2000 para 88 mil hectares em 2012.

O plantio do café envolve 12 mil produtores (83% agricultores familiares) em 200 municípios do Estado. A atividade gera em torno de 50 mil empregos permanentes e 150 mil empregos temporários. Desde 2010, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) está trabalhando no plano de reestruturação da atividade cafeeira no Estado.

(MG) e da Serra da Mantiqueira (SP).

A notícia foi apresentada no último dia 21 pela Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (Acenpp), durante reunião de validação do projeto Cafés Especiais promovida pelo Fórum do Agro-negócio Paranaense, na Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, em Curitiba.

O presidente da Associação, Luiz Roberto Saldanha Rodrigues, contou que o processo de certificação começou em 2008, por iniciativa dos cafeicultores do Norte Pioneiro, que tiveram o apoio da Secretaria da Agricultura e empresas vinculadas, como o Instituto Emater e o Iapar. Segundo ele, a certificação deverá ser anunciada pelo Instituto Nacional de Produtos Industrializados (Inpi).

Rodrigues explica que é classificado como especial o café limpo e sem defeitos. Segundo ele, a Acenpp se responsabiliza pela qualidade da produção dos cafés certificados e só encaminha para comercialização cafés com certificado de origem e que tenham passado por todos os processos de produção recomendados. Antes de receberem o selo e o lacre da associação, os cafés passam por testes físicos e de qualidade sensorial e as propriedades são visitadas.

A certificação vai beneficiar uma região que envolve 45 municípios com 7.500 cafeicultores, responsáveis pela produção de 1,1 milhão a 1,3 milhão de sacas beneficiadas por ano, que correspondem a 50% da produção paranaense de café. A região ganha visibilidade e projeção no mundo e a expectativa é abrir mercados mais disputados para a produção do Norte Pioneiro.

Com o avanço na qualidade, a Associação fechou um contrato de exportação de um contêiner com 320 sacas de café beneficiadas para os Estados Unidos, ao custo equivalente a R\$ 590 a saca – acima do preço vigente no mercado, que era de R\$ 450,00 a saca, informou o presidente da Acenpp.



Hábitos suíços

Aos domingos, na Suíça é proibido: roupas estendidas para secar; lavar carros e cortar a grama, porque faz muito barulho. Ah, sim, é ilegal dar a descarga da privada depois das 22 horas se você mora em apartamento.

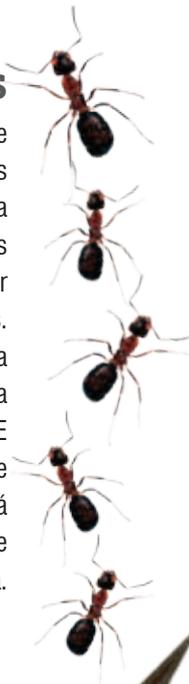


Você lembra?

*Já é hora de dormir
Não esperte a mamãe mandar
Um bom sono pra você
E um alegre despertar
Era musiquinha de propaganda
dos cobertores Parahyba. Se você
lembrou, já passou dos cinquentinha.*

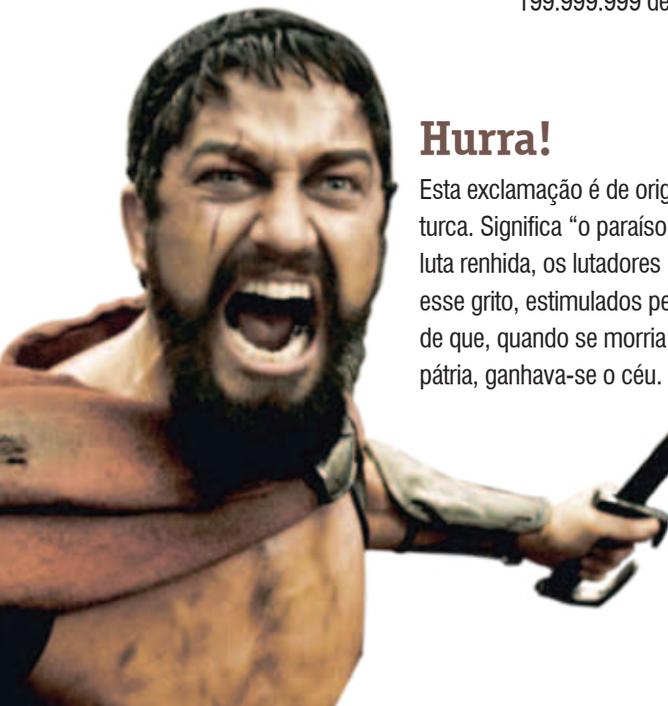
Insetos

Existem 900 mil espécies de insetos em todo o mundo. Os cientistas descobrem de 7 a 10 mil novas por ano. Eles suspeitam que possam existir espécies ainda desconhecidas. Calcula-se existir uma média de 200 milhões de insetos para cada ser humano na Terra. E você ainda se queixa do ataque de um mísero pernilongo, há 199.999.999 de parentes dele à tua espera.



Hurra!

Esta exclamação é de origem turca. Significa “o paraíso!” Em luta renhida, os lutadores lançavam esse grito, estimulados pela ideia de que, quando se morria pela pátria, ganhava-se o céu.



O código morse

O código morse praticamente caiu em desuso com a internet, mas foi importante no passado. É um sistema de representação de letras, números e sinais de pontuação através de um sinal codificado enviado intermitentemente. Foi desenvolvido por Samuel Morse e Alfred Vail em 1835, criadores do telégrafo elétrico (importante meio de comunicação a distância), dispositivo que utiliza correntes elétricas para controlar eletroímãs que funcionam para emissão ou recepção de sinais.





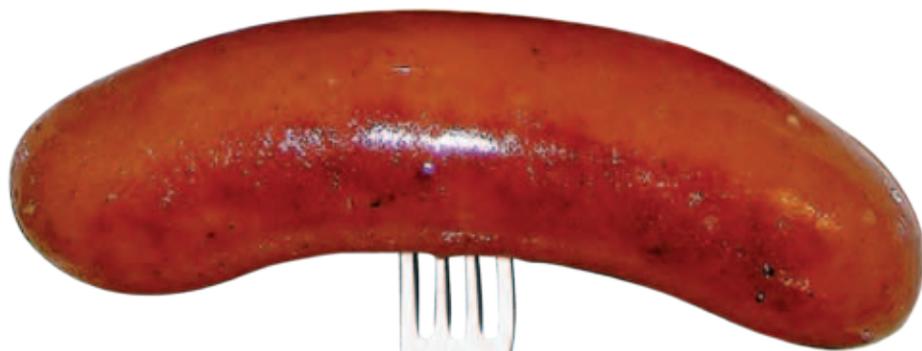
de São Pedro

São Pedro está chateado:

Vocês deveriam ter vergonha! Deus criou vocês à Sua imagem e vocês se deixaram dominar por suas mulheres. Apenas um de vocês honrou o nome e deixou Deus orgulhoso de Sua criação. Aprendam com ele! Então, virando-se para o homem solitário, São Pedro diz: Conte a esses homens como você fez para ser o único nesta fila! Eu não tenho certeza – explica o homem – minha mulher me mandou ficar aqui.

Salsicha

Popular no mundo inteiro diz-se que a salsicha foi inventada em 1484, na cidade de Frankfurt, na Alemanha. Tanto que, em 1987, a cidade promoveu um evento em comemoração aos 500 anos da iguaria. Há quem diga que o verdadeiro criador do produto foi o açougueiro alemão Johann Georghehner, da cidade de Coburg. Os moradores de Viena (Wien em alemão), na Áustria, chamam a atenção para o termo “wiener” (que significa “salsicha”) indicaria que a invenção do prato seria deles. Em Curitiba não se pede salsicha, mas “vina” (de winawurst).



Pensamentos

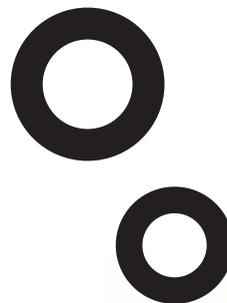
“Todos os homens são fraudes. A única diferença é que alguns admitem isso. Eu mesmo nego...”
Henry Louis Mencken

“Há tantas coisas na vida mais importantes que o dinheiro! Mas, custam tanto!”
Groucho Marx

“Os jovens, antes de sair para reformar o mundo, deveriam primeiro dar um jeito em seus armários.”
Anônimo

“Não sei com que armas a III Guerra Mundial será lutada. Mas a IV Guerra Mundial será lutada com paus e pedras.”
Albert Einstein

“Choramos ao nascer porque chegamos a este imenso cenário de dementes.”
William Shakespeare



Machismo iraniano

No Irã a polícia proibiu as vitrines com gravatas e roupas íntimas femininas. As roupas íntimas de mulher só podem ser expostas em manequins no interior da loja, mas com a condição de não haver vendedores homens no estabelecimento. O governo também proibiu os homens de usarem cabelos compridos. Foi lançada até uma cartilha com os cortes de cabelo permitidos para os homens. Penteados com rabo-de-cavalo, nem pensar.



CURSOS

Ariranha do Ivaí



JAA

De 16 a 20 de abril a instrutora, Vanessa Kelly Lermen, trabalhou com os adolescentes de Ariranha do Ivaí, os conceitos de administração rural e qualidade total (Descarte, Organização, Limpeza, Higiene e Ordem Mantida). A atividade faz parte do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), e os jovens contaram com o apoio da prefeitura, do Colégio Estadual Presidente Kennedy e dos pais. No final organizaram com sucesso a “Primeira Pastelada do JAA” .

Ubiratã



Mulher Atual

Levando conhecimento, inovações e formação, o Sindicato Rural de Ubiratã, iniciou mais uma turma do Programa Mulher Atual, no distrito de Yolanda, em 11 de abril. A instrutora do grupo de 23 participantes foi Nelcy de Freitas. O curso está sendo realizado em parceria com a Associação Comunitária e com a Capela Nossa Senhora Aparecida.

Jandaia do Sul



Operação e manutenção de Motoserra

O Sindicato Rural de Jandaia do Sul em parceria com a Cooperval realizou no período de 5 a 9 de março o curso de Trabalhador na Operação e Manutenção de Motosserra - corte polivalente de árvores. O instrutor do grupo de sete participantes foi Roosevelt Mendes Ferreira.

Mariluz



Programa Agrinho

O presidente do Sindicato Rural de Mariluz, Mar Sakashita, fez a entrega em 25 de abril do material pedagógico do Programa Agrinho à secretária municipal de Educação, Rosineide Vacilio Arruda, e às professoras, Ivonete de Souza Nascimento e Eliane Aparecida Nascimento Henrique de Oliveira.

Segundo Rosineide, o programa desperta os alunos para as noções de cidadania e vai ajudar na conscientização da população ao programa de coleta seletiva de materiais recicláveis, implantado recentemente pela prefeitura.

Marmeleiro



Empreendedor Rural

O Sindicato Rural de Marmeleiro está realizando no período de três de abril a 31 de julho o Programa Empreendedor Rural, ministrado pelo instrutor Paulo Golin, com a participação de 23 produtores, que atuam no segmento de leite, grãos, olericultura, fruticultura e aviário. O curso tem duração de 136 horas e pretende oferecer ao produtor ferramentas para que ele analise sua propriedade rural e faça um diagnóstico dos custos de produção. Assim poderá estabelecer estratégias de comercialização e realizar um plano de ação para melhorar a administração da sua propriedade.

Tibagi



Panificação

O Sindicato Rural de Tibagi em parceria com a subprefeitura de Caetano Mendes realizou nos dias 18 e 19 de abril o curso de Produção Artesanal de Alimentos – Panificação. O grupo com 11 participantes teve como instrutora Marli Ivete Bonatto.

Prudentópolis



Corte e costura

Em Prudentópolis e Guamiranga (Regional de Irati) está ocorrendo o Curso de Artesanato em Tecidos - Corte e Costura. Em cada turma há 15 participantes, que estão motivadas em aprender uma nova atividade e suprir as necessidades domésticas. O curso começou em abril e terminará no final de maio. A instrutora dos grupos é Juselia Zolondek.

Palotina



Aplicação de Agrotóxicos

Produtores e trabalhadores Rurais de Palotina participaram do curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos, realizado de 24 à 26 de abril. O evento realizado pelo Sindicato Rural de Palotina teve como instrutor Paulo Roberto Marchesan. “Nós estamos preocupados porque o produtor se acostumou a utilizar os defensivos agrícolas e deixou de lado alguns cuidados principalmente com a própria saúde”, comentou Marchesan.



CURSOS SENAR-PR

Perobal



Posse

A diretoria do Sindicato Rural de Perobal tomou posse no dia 23 de abril. Foram eleitos: como presidente João Augusto Paloan Toesca, vice-presidente Celso Luiz Pozzobom, secretário Emilio Fassine e como tesoureiro Bermiro Gomes de Souza. Esta diretoria fica no cargo até 22 de abril de 2015.

Colorado



Gestão de Pessoas - Motivacional

O Sindicato Rural de Colorado e a Usina Alto Alegre realizaram o Curso Gestão de Pessoas - Motivacional no dia 16 de abril. O instrutor do grupo Luiz Paulo Corso que trabalhou os aspectos comportamentais dos trabalhadores levando-os a refletirem sobre suas atitudes na família, comunidade e empresa.

Mandaguaçu



Cestaria e Trançados

O Sindicato Rural de Mandaguaçu em parceria com a Associação das Artesãs de Mandaguaçu (ARTEMAN) realizou o curso de Artesanato - Cestaria e Trançados em Palha de Milho. Os nove participantes desenvolveram técnicas de trançados para elaboração de objetos utilitários e artesanais. Uma característica interessante deste curso é que este tipo de trançado pode ser utilizado com outras matérias-primas como fibra de bananeira, taboa, trigo, vime, couro, etc.

São João



Mulher Atual

No dia 23 de abril as 14 participantes do Programa Mulher Atual tiveram um momento especial de dicas de maquiagem com a cabelereira Andrieli de Lima. Além da maquiagem ela falou de limpeza de pele e dos cuidados com os cabelos. As manicures Lais Tazzo e Giziele Dias Ferreira também repassaram várias dicas para as participantes. A instrutora do grupo é Mariza Acorse.



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
 CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
 Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
 www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Polo, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso

Diretores Secretários

Livaldo Germin e Lisiane Rocha Czech

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santaroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
 CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
 Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
 www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi



Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Editor:

Hélio Teixeira

Redação:

Angelo Binder, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação, Ilustração e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pedese citar a fonte.

Foz do Iguaçu



Produção de alimentos

O Sindicato Rural de Foz do Iguaçu em parceria com a prefeitura, através da Secretaria Municipal de Agricultura, realizou de 23 a 25 de abril o curso de Produção Artesanal de Alimentos – conservação de frutas e hortaliças, compotas e frutas desidratadas. O curso aborda temas como: organização e higienização do ambiente de trabalho, coleta seletiva de lixo, uso correto da água, materiais de limpeza e cuidados com o meio ambiente. A instrutora do grupo de 15 participantes foi Luciane Morgensten Debortolis.

Nova Londrina



JAA

O Sindicato Rural de Nova Londrina em parceria com as prefeituras de Marilena e Itaúna do Sul, realizou no dia 30 de abril uma visita técnica com as turmas do Programa Jovem Agricultor Aprendiz. Participaram do evento 42 alunos que tiveram a oportunidade de ver a produção leiteira em duas propriedades do município de Terra Rica. O evento teve duração de oito horas e foi acompanhada pelo instrutor Adriano Oliveira Mesquita. Os alunos puderam observar o manejo adequado de pastagens com divisão de piquetes e sombreamento, produção de leite com qualidade – Instrução Normativa 62, adubação de solos e raças leiteiras adaptadas à região.



O conhecimento
no seu tempo e
ao seu alcance.

➤ ead.sistemafaep.org.br



O SENAR-PR está disponibilizando mais uma ferramenta de aprendizagem para levar capacitação e profissionalização ao produtor e trabalhador rural. É a Educação à Distância (Ead).

O EAD do SENAR-PR permite que pessoas do meio rural se beneficiem do ensino-aprendizagem escolhendo o local e o horário que são melhores para cada participante.

É o SENAR-PR mais uma vez saindo na frente e oferecendo novas formas de formação profissional ao trabalhador e produtor rural.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável